



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 002

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PRP</i>	<i>Jocelito Canto</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Grecca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Wanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Nelson Tureck; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli Miltinho Pupio; PTB - 04: Carlos Simões - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PRP - 01: Jocelito Canto; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE FEVEREIRO DE 2003**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Afilton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/002 a 035, e 042 a 052/03, do senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

033/2002 - de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz, o qual foi convertida em Lei nº 13.987. **Anote-se Arquivo-se.**

373/2001 - de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis, o qual foi convertida em Lei nº 13.988. **Anote-se Arquivo-se.**

535/2002 - de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Adolescência- ASBRA, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertida em Lei nº 13.989. **Anote-se Arquivo-se.**

597/2001 - de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Flórida e foro no município de Astorga, o qual foi convertido em Lei nº 13.990. **Anote-se - Arquivo-se.**

626/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, com sede e foro no município de Arapongas, o qual foi convertido em Lei nº 13.991. **Anote-se - Arquivo-se.**

670/2002: de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum, com sede e foro na comarca de Palmeira, o qual foi convertido em Lei nº 13.992. **Anote-se - Arquivo-se.**

672/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula, com sede e foro no município de Toledo, o qual foi convertido em Lei nº 13.993. **Anote-se - Arquivo-se.**

675/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, o qual foi convertido em Lei nº 13.994. **Anote-se - Arquivo-se.**

676/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes - Lar Nazaré, com sede e foro na cidade de Tibagi, o qual foi convertido em Lei nº 13.995. **Anote-se - Arquivo-se.**

684/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Jardim Universitário - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.996. **Anote-se - Arquivo-se.**

689/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Goioerê - Assemug, com sede e foro

na comarca de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.997. **Anote-se - Arquivo-se.**

692/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, o qual foi convertido em Lei nº 13.998. **Anote-se - Arquivo-se.**

702/2002: de autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Projeto de Coração Para Coração - AAPCC - Lar João Carrilho, com sede e foro no município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 13.999. **Anote-se - Arquivo-se.**

703/2002: de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria - Cocasma, de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel, o qual foi convertido em Lei nº 14.000. **Anote-se - Arquivo-se.**

704/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional das Associações de Pais e Mestres do Núcleo de Toledo - Arant, com sede e foro na cidade de Toledo, o qual foi convertido em Lei nº 14.001. **Anote-se - Arquivo-se.**

711/2002: de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Representação Popular - ARP, com sede e foro na cidade de Piraí do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 14.002. **Anote-se - Arquivo-se.**

712/2002: de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Cristine - Asmojac, com sede e foro na comarca de Palmeira, o qual foi convertido em Lei nº 14.003. **Anote-se - Arquivo-se.**

713/2002: de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.004. **Anote-se - Arquivo-se.**

714/2002: de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Fundação Canal 21, com sede e foro no município de Cascavel, o qual foi convertido em Lei nº 14.005. **Anote-se - Arquivo-se.**

718/2002: de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Rebouças em Ação, com sede e foro no município de Rebouças, o qual foi convertido em Lei nº 14.006. **Anote-se - Arquivo-se.**

719/2002: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a Associação Hipertensos de Rebouças, com sede e foro no município de Rebouças, o qual foi convertido em Lei nº 14.007. **Anote-se - Arquivo-se.**

720/2002: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos "Tuca Zanon", com sede e foro no município de

Rebouças, o qual foi convertido em Lei nº 14.008. **Anote-se - Arquivo-se.**

721/2002: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a APARA - Associação de Apoio aos Agentes Ambientais de Realeza, com sede e foro no município de Realeza, o qual foi convertido em Lei nº 14.009. **Anote-se - Arquivo-se.**

722/2002: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Domingos Soares, com sede e foro no município de Coronel Domingos Soares e foro na Comarca de Palmas, o qual foi convertido em Lei nº 14.010. **Anote-se - Arquivo-se.**

723/2002: De autoria do deputado Ademar Luiz Traiano que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Pranchita, com sede e foro no município de Pranchita e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste, o qual foi convertido em Lei nº 14.011. **Anote-se - Arquivo-se.**

725/2002: De autoria do deputado Cleiton Kielse que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 14.012. **Anote-se - Arquivo-se.**

733/2002: De autoria do deputado Marcos Isfer que, declara de Utilidade Pública a Associação Moradores do Jardim Independência, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 14.013. **Anote-se - Arquivo-se.**

737/2002: De autoria do deputado Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Associação Pais e Mestres da Escola Estadual Lucia Bastos, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.014. **Anote-se - Arquivo-se.**

738/2002: De autoria do deputado Cezar Silvestri que, declara de Utilidade Pública Instituto de Desenvolvimento Sócio Ambiental - Instituto Pachamama, com sede e foro no município de Irati, o qual foi convertido em Lei nº 14.015. **Anote-se - Arquivo-se.**

739/2002: De autoria do deputado Divanir Braz Palma que, altera o artigo 1º, da Lei nº 13.859/2002, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma, o qual foi convertido em Lei nº 14.016. **Anote-se - Arquivo-se.**

742/2002: De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Fundação Santa Marta de Combate ao Câncer de Jaguariaíva, com sede e foro no município de Jaguariaíva, o qual foi convertido em Lei nº 14.017. **Anote-se - Arquivo-se.**

748/2002: De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta, com sede no município de Planalto e foro na Comarca de Capanema, o qual foi convertido em Lei nº 14.018. **Anote-se - Arquivo-se.**

752/2002: De autoria do deputado Cesar Silvestri que, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chaleira Preta, com sede e foro no município de Guarapuava, o qual foi convertido em Lei nº 14.019. **Anote-se - Arquivo-se.**

769/2002: De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Ação Social Albergue de Deus, com sede e foro no município de Carambeí, o qual foi convertido em Lei nº 14.020. **Anote-se - Arquivo-se.**

103/2002: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro que, denomina Rodovia Prefeito Setembrino Thomazi, o trecho de estrada que especifica, entre Nova Prata do Iguazu a Capitão Leônidas Marques, o qual foi convertido em Lei nº 14.021. **Anote-se - Arquivo-se.**

281/2002: De autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni que, autoriza o Poder Executivo a denominar Luiz Ruaro, a ponte sobre o Rio Chopim, que liga o município de Honório Serpa ao município de Pato Branco, o qual foi convertido em Lei nº 14.022. **Anote-se - Arquivo-se.**

287/2002: De autoria da deputada Luciana Rafaginin que, autoriza o Poder Executivo tornar obrigatório a realização do teste de acuidade visual e auditiva para todos os estudantes da rede pública estadual de ensino, o qual foi convertido em Lei nº 14.023. **Anote-se - Arquivo-se.**

391/2002: De autoria do deputado Divanir Braz Palma que, cria no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.024. **Anote-se - Arquivo-se.**

547/2002: De autoria do deputado Irineu Colombo, que denomina de Porto Dr. Antonio Anibelli, o porto à margem do Rio Iguazu, que liga o município de Capanema ao município de Serranópolis do Iguazu, o qual foi convertido em Lei nº 14.025. **Anote-se - Arquivo-se.**

562/2002: De autoria do deputado Ângelo Vanhoni que, denomina Viaduto Manfredo Rodrigo Cominese, o cruzamento da Av. Airton Sena com a Av. Roque Vernalha, no município de Paranaguá, o qual foi convertido em Lei nº 14.026. **Anote-se - Arquivo-se.**

692/2001: De autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a incluir a Feira do Esporte nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte, o qual foi convertido em Lei nº 14.027. **Anote-se - Arquivo-se.**

743/2002: De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 14.028. **Anote-se - Arquivo-se.**

744/2002: De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 14.029. **Anote-se - Arquivo-se.**

745/2002: De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Rural Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 14.030. **Anote-se - Arquivo-se.**

746/2002: De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 14.031. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/053 e 054/2003, do senhor governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 393/2002 e 383/2002, de autoria dos deputados Antonio Carlos Belinati e Tony Garcia, respectivamente. **Ao Conhecimento dos Senhores Deputados Interessados.**

Sob o nº CTL/SEEG/001/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 073/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, por julgar inconstitucional. **Ao Conhecimento dos Senhores Deputados Interessados.**

Sob o nº CTL/SEEG/036/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **Ao Conhecimento dos Senhores Deputados Interessados.**

Sob o nº CTL/SEEG/037/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo inconstitucional. **Ao Conhecimento dos Senhores Deputados Interessados.**

Sob o nº CTL/SEEG/038/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/039/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria

do deputado Neivo Beraldin, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/040/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 111/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/041/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 020/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, por se tratar de programa de prevenção de saúde já plenamente desenvolvido pela Secretaria de estado da Saúde e Instituto de Saúde do Paraná. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/055/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/056/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/057/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/058/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/059/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 461/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, porque, deixando de indicar recursos para suporte financeiro e de dimensionar devidamente as finalidades do pretendido Fundo, não tem condições de plena exequibilidade, aduzindo-se ainda que, pela possibilidade de, assim como está preconizado, poder ensejar injustificáveis argumentações para majoração de tarifas de água e esgoto, o que viria desatender interesses do universo de consumidores. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 178/2003, da senhora Denise Martins Arruda - desembargadora convocada do Tribunal de Justiça, comunicando que nos Autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 112274-3, em que figuram como Autor - Governador do Estado do Paraná e Interessada - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por unanimidade d votos, foi julgado procedente o pedido inicial para declarar a inconstitucionalidade de multicitado diploma estadual. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 10/2003, do senhor ministro Marco Aurélio, presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 342, Requerente: Governador do Estado do Paraná e requerida: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por unanimidade, o Tribunal julgou procedente o pedido formulado na inicial para declarar a inconstitucionalidade do inciso XXI do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/060/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 570/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que farei parte da Comissão de Constituição e Justiça-CCJ nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) CHICO NOROESTE

Líder do PL

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Partido Socialista Brasileiro - PSB tem a satisfação de indicar os deputados abaixo para as comissões permanentes:

Comissão Permanente da Saúde: Luciano Ducci.

Comissão de Orçamento: Ratinho Junior.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação: Ratinho Junior.

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Ratinho Junior.

Comissão para Assuntos do Mercosul: Luciano Ducci.

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio: Ratinho Junior.

Comissão de Constituição e Justiça: Luciano Ducci.

Sem mais para o momento agradecemos.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(aa) RATINHO JUNIOR - Líder do PSBD,
LUCIANO DUCCI e RENI PEREIRA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Cumprindo determinação de V. Exa., vimos pelo presente informar a relação de parlamentares da Bancada do Partido Progressista Brasileira - PPB, que comporão as Comissão Permanentes desta Casa:

Comissão	Titular	Suplente
Constituição e Justiça	Duílio Genari	Ribas Carli
Finanças	Cida Alborghetti	Miltinho Pupio
Orçamento	Ribas Carli	Miltinho Pupio
Agric. Ind. e Com.	Miltinho Pupio	Cida Borghetti
Obras Publ., Transp. e Com.	Miltinho Pupio	Ribas Carli
Ed. Cult. e Esp.	Cida Borghetti	Ribas Carli
Terras, Imig. e Colon.	Ribas Carli	Miltinho Pupio
Segurança Pública	Miltinho Pupio	Duílio Genari
Saúde Pública	Duílio Genari	Cida Borghetti
Redação	Cida Borghetti	Ribas Carli
Tomada de Contas	Duílio Genari	Miltinho Pupio
Turismo	Ribas Carli	Cida Borghetti
Ecologia e Meio Ambiente	Ribas Carli	Duílio Genari
Fiscalização	Duílio Genari	Cida Borghetti
Mercosul	Ribas Carli	Cida Borghetti
Direitos Hum. e da Cidad.	Cida Borghetti	Duílio Genari
Defesa do Consumidor	Cida Borghetti	Duílio Genari
Alimentos	Miltinho Pupio	Ribas Carli

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) DUÍLIO GENARI
Líder da Bancada do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, comunicar a V. Exa., as indicações dos novos membros da Bancada do PFL que deverão compor as Comissões Permanentes da Casa:

Comissão	Titular	Suplente
Constituição e Justiça	Durval Amaral/ Nelson Justus	Elio Rusch/ Plauto Miró
Finanças	Elio Rusch	Nelson Justus
Orçamento	Durval Amaral	Plauto Miró
Agric. Ind. e Com.	Plauto Miró	Elio Rusch
Obras Publ., Transp. e Com.	Rafael Greca	Nelson Justus
Ed. Cult. e Esp.	Rafael Greca	Elio Rusch
Terra, Imig. e Colon.	Plauto Miró	Durval Amaral
Segurança Pública	Durval Amaral	Rafael Greca
Saúde Pública	Nelson Justus	Rafael Greca
Redação	Nelson Justus	Rafael Greca
Tomada de Contas	Plauto Miró	Durval Amaral
Turismo	Rafael Greca	Plauto Miró
Ecologia e Meio Ambiente	Nelson Justus	Rafael Greca
Fiscalização	Elio Rusch	Plauto Miró
Mercosul	Plauto Miró	Elio Rusch
Direitos Hum. e da Cidad.	Durval Amaral	Elio Rusch
Defesa do Consumidor	Plauto Miró	Elio Rusch
Alimentos	Plauto Miró	Durval Amaral
Bloco Agropecuário	Elio Rusch/ Plauto Miró	Nelson Justus/ Durval Amaral

Sendo o que apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, indicam a V.

Exa. o nome do deputado José Durval Amaral, para assumir as funções inerentes à liderança da Bancada dos parlamentares da Oposição, junto a esta Casa.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO, ÉLIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, indicar os deputados da Bancada do PMDB que irão compor as Comissões Permanentes nesta Casa de Leis, conforme relação em anexo.

Sendo o que se apresenta para o presente momento aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente:

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Líder do PMDB

COMISSÕES PERMANENTES TITULARES E SUPLENTE - PMDB

Comissão	Titular	Suplente
Constituição e Justiça	Antonio Anibelli/Del. Bradock	Elza Correia
Finanças	Dobrandino da Silva	Del. Bradock
Orçamento	Ademir Bier	Artagão Júnior
Agríc. Ind. e Com.	Artagão Júnior	
Obras Publ., Transp. e Com.	Elza Coreia	
Ed. Cult. e Esp.	Alexandre Curi	Elza Correia/ Artagão Júnior
Terras, Imig. e Colon.	Ademir Bier	
Segurança Pública	Del. Bradock	Elza Coreia
Saúde Pública	Alexandre Curi	Del. Bradock
Redação	Dep. Bradock	Alexandre Curi
Tomada de Contas	Antonio Anibelli	
Turismo	Dobrandino Silva	Artagão Júnior
Ecologia e Meio Ambiente	Elza Correia	Alexandre Curi
Fiscalização da Assembleia Legislativa	Artagão Júnior	Antonio Anibelli
Assuntos do Mercosul	Artagão Júnior	Ademir Bier
Direitos Hum. e da Cidad.	Elza Correia	Del. Bradock
Defesa do Consumidor	Elza Correia	Del. Bradock

Comissão	Titular	Suplente
Alimentos	Ademir Bier	Antonio Anibelli
Bloco Parlam. Agropec.	Alexandre Curi	Ademir Bier
Bloco Municipalista	Dobrandino da Silva	

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa. reserva na Sessão Plenária do dia 12/05/2003, nos Pequeno e Grande Expedientes, para homenagem à Aben - Associação Brasileira de Enfermagem, pela comemoração do Dia Internacional de Enfermagem.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER licença das Sessões Plenárias dos dias 23 e 24 do corrente mês, pois estará em Foz do Iguaçu, representando o Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, no 27º Congresso Internacional de Saúde no Trabalho e na cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação do Mutirão Estadual de Combate à Dengue.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Catarina Korch de Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do professor Faustino Fávaro, ocorrido dia 12 de fevereiro/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade, faleceu o professor Faustino Fávaro, no dia 12 de fevereiro/2003.

Era viúvo da senhora Laís Faria Fávaro e deixa uma filha e quatro netos.

O seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Faustino Fávaro foi o fundador e primeiro presidente da então Associação de Professores do Paraná - APP, que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - Sindicato). Presidiu a referida associação em dois períodos: o primeiro deste a fundação (1947) até 1954; depois, de 1961 a 1963.

Foi também diretor do Instituto de Educação do Paraná e professor emérito da Universidade Federal do Paraná.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência, nunca destemidas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Fávaro, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do empresário, senhor Adelino Scarpellini, ocorrido dia 27 de dezembro/2002, na cidade de Apucarana.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 84 anos de idade, faleceu dia 27 de dezembro de 2002, na cidade de Apucarana, o empresário Adelino Scarpellini, que foi um dos pioneiros daquela região.

Era viúvo da senhora Jandira Gomes Ferreira Scarpellini. Deixou 6 filhos, entre eles o deputado José Domingos Scarpellini; 18 netos e 8 bisnetos.

O passamento de Adelino Scarpellini veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: a

certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá descansar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Todo-Poderoso para que os familiares do senhor Adelino Scarpellini encontrem na fé e na esperança, o conforto nesta hora tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Scarpellini. endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de congratulações ao Ten.Cel. Esaú Borges de Sampaio, por ocasião de sua posse no Comando do Regimento de Polícia Montada desta Capital, em 04 de fevereiro de 2003.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao Exmo.Ten.Cel. Esaú Borges de Sampaio, no Comando do Regimento de Polícia Montada, à Rua Konrad Adnauer, 166 - Tarumã, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 104

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados, votos de congratulações à Diretoria da Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, por ter recebido o Prêmio de Excelência Empresarial instituído pela Fundação Getúlio Vargas, e Instituto Brasileiro de Economia, com estudos feitos no balanço de 2001 e análise de relatórios do exercício de 2002 em 500 (quinhentas) empresas do Brasil, das quais 40 (quarenta) no Paraná, tendo sido premiadas apenas 03 (três) no Estado das quais uma é a Coamo.

Requer ainda, que da aprovação desta, seja dado ciência à diretoria pelo seu presidente Engenheiro Agrônomo José Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 - Jardim Alvorada - CP 460 - CEP 87308-445 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à RPC - TV Paranaense, pelo telejornal do meio-dia, Paraná TV - Primeira Edição, onde apresenta em seu cenário de abertura, painel com reprodução de foto da Vila Velha, cartão postal e ponto turístico de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da TV Paranaense, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Batel, 1323- CEP 80.420.090- nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João dos Santos e Galdina Martins dos Santos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento, e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Diomar Francisco Eskelsen e Ventulina Hoffmann Eskelsen, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento, e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que

possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos anais desta Casa de Leis de moção de louvor endereçado ao Atlético Clube de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Noroeste surpreende!

Acolhe o maior rebanho bovino do Estado. É lá que está instalado o maior número de indústrias de fêculas e de farinha para transformação de maior produção de mandioca em todo sul do país.

As generosas e mansas margens do Rio Ivaí permitem que a região seja a maior produtora de arroz irrigado do Estado é o Noroeste do Estado que ostenta o título de maior produtor de abacaxi em todo o sul brasileiro e que abriga o maior pólo industrial de torneiras e registros do Cone Sul brasileiro.

E de repente, a grande imprensa especializada em esportes, atesta suas câmaras e microfones para o Estádio Valdomiro Wagner - erigido dentro de uma fantástica voçoroca, fenômeno geológico comum na região do Arenito Caiuá - chamado a atenção de todos os aficionados para a grande performance do Atlético Clube de Paranaíba, que hoje ocupa, invicto a vice-liderança do Campeonato Paranaense.

Essa inédita e gloriosa caminhada do “Vermelhinho” de Paranaíba é motivo de enorme orgulho para todos nós que temos nossas raízes fincadas naquela região.

O requerente solicita à Mesa que determine o envio de cópias dessa moção de louvor, aos atletas: Vilson, Daniel, Marcelo, Rodrigo, Marquinhos, Vanderlei, Gian, Márcio, Edilson, Júlio, Nezinho, Ricardo, Nelmom, ao técnico Itamar Bernardes e seu presidente Edson Felipe, através do jornal Diário do Noroeste com endereço à Avenida Paraná - 1.100 - CEP 87705-190 - Paranaíba - PR.

REQUERIMENTO Nº 129

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, remessa de ofício à Secretaria de Desenvolvimento Urbano- SEDU, solicitando a construção de um viaduto, na confluência da Avenida Comendador Franco, com a Av. Rui Barbosa, no município de São José dos Pinhais.

Justifica-se o presente pedido pois esta confluência é hoje um dos pontos de estrangulamento do tráfego que liga o país aos Estados do Sul, pela BR-376.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando que após o término do prazo da moratória decretada pelo governador Roberto Requião, a imediata retomada das obras de pavimentação asfáltica da rodovia Toledo/Quatro Pontes - BR-467.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Se faz necessário a retomada das obras de pavimentação asfáltica da rodovia, visto a sua importância no contexto do oeste do Paraná.

Faltam somente 7 quilômetros e a população da região aguarda ansiosamente o reinício das obras.

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em caráter de urgência ao Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, digníssimo presidente da República, no sentido de determinar estudos para a nomeação de um paranaense para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal - STF.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor desembargador Oto Luiz Spohnholz, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como ao doutor José Hipólito Xavier da Silva, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A nomeação de um paranaense para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal é um antigo anseio de toda a população.

Cremos que, de um ministro, exige-se, acima de tudo, a sensibilidade para as agruras e os anseios da sociedade, a maturidade e a experiência para lidar com desafios e problemas, a capacidade para administrar conflitos e interesses, a vontade e a determinação de acertar e fazer acontecer as transformações necessárias, a competência para estimular a sociedade civil, maxime seus formadores de opinião, no sentido de incorporá-los ao esforço na construção de uma sociedade que se quer livre, justa, democrática e igualitária.

O momento é adequado para a nomeação de um magistrado ou jurista paranaense para a mais alta corte de justiça do País.

O Paraná tem um elenco fantástico de juristas com grande capacidade para representar o Estado no Supremo Tribunal Federal.

A construção do hoje e do amanhã não é tarefa dessa ou daquela autoridade, mas de todos nós. O homem é autor e ator do seu destino, por esta razão, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, irmana-se com a sociedade organizada na busca da nomeação de um paranaense para ministro do Supremo Tribunal Federal - STF.

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente:

O deputado que o subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante V. Exa. para REQUERER, após a ouvida do douto Plenário, a manifestação oficial desta Casa de Leis, através de envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado, demonstrando a necessidade da continuidade da Universidade do Professor, localizada em Faxinal do Céu, município de Pinhão.

Tal requerimento funda-se no fato de que o Executivo Estadual pretende extinguir aquela Instituição, que é um importante centro de capacitação e qualificação dos professores paranaenses, em benefício dos estudantes, os futuros profissionais do Paraná.

A Universidade do Professor teve início no ano de 1997, e sua filosofia é uma concretização das aspirações do povo do Paraná, que sempre primou pela existência de local próprio para a atualização e qualificação dos professores. Por isso, foi montada uma estrutura belíssima, totalmente informatizada, inclusive com teleconferência, para atender grandes eventos, não só para os professores do Paraná, pois possui infra-estrutura para recepção de até 1000 pessoas, com alojamentos e refeitórios, além de inúmeras salas apropriadas ao aprendizado e estudos nas mais diversas áreas do conhecimento humano.

Além do desmantelamento deste maravilhoso projeto que é inovador no Brasil, devemos lembrar que a extinção da Instituição acarretará na demissão de 200 empregados, 130 que atuam na área de serviços gerais e 70 na administração da estrutura patrimonial e de eventos, todos em média, recebendo salário-mínimo, fato que agravará ainda mais o índice de desemprego na região.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando a retomada do convênio entre a Companhia Paranaense de Energia - Copel e a Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Paraná -

AERP, extinto em 30 de dezembro passado, lembrando que tal convênio perdurou por vários anos, incluindo a gestão anterior do atual governador, no qual era permutado o valor integral da fatura de energia elétrica por textos institucionais.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Paulo Pimentel, diretor-presidente da Copel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Dulcídio, 800 - Batel.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

As emissoras de rádio do Estado foram, indubitavelmente, o meio de comunicação que mais abriu suas portas e microfones ao então senador Roberto Requião, demonstrando assim, todo o respeito e consideração que lhe devotam.

Assim sendo, salienta-se que o convênio faz-se necessário devido à imediata necessidade das emissoras, principalmente as de pequeno porte no interior do Estado, que nesta época do ano com o baixo faturamento, passam por dificuldades financeiras.

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis, no sentido de determinar a recuperação asfáltica da PR-553, trecho Luiziana - trevo da BR-487, com distância aproximada de 5 km, que se encontra em estado precário de utilização, provocando enorme risco aos que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis, no sentido de determinar a recuperação asfáltica da PR-465, trecho Araruna - Peabiru.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A PR-465 encontra-se em estado precário de utilização, colocando em risco a vida dos que daquela rodovia utilizam-se, além de danos elevados nos veículos que por ali transitam.

É, portanto, absolutamente mister a recuperação deste trecho da PR-465.

REQUERIMENTO Nº 106

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando credenciamento do serviço de cardiologia e cirurgia hemodinâmica, para a Central Hospitalar de Campo Mourão, objetivando atender demanda na área da 11ª Regional de Saúde, localizada no município de Campo Mourão - PR, colocando este importante e vital atendimento ao alcance da população dos 25 (vinte e cinco) municípios da Comcam.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Anderson Adalto Pereira, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar - CEP 70044-900, solicitando a colocação de lombadas eletrônicas na BR-376, no trecho da Avenida Souza Naves, nas localidades de Borato, Bocaina e Cristo Rei, município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 054/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Goioerê, dos lotes de terras nºs 01 a 17, da quadra 114, da planta geral da cidade de Goioerê-PR, com área total de 8.346,00m2, devidamente matriculado sob o nº 8.006 do Livro 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê-PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal, com quadras poliesportivas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei atender justa reivindicação da comunidade de Goioerê, que tem na construção dessa escola municipal, oportunidade singular de

desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade.

Por oportuno, cabe ressaltar que os vários ciclos econômicos pelos quais passaram aquela região deixaram no seu rastro sérias desigualdades sociais, relegando ao jovem, filho de famílias menos abastadas pela sorte, um horizonte de poucas possibilidades, não restando a estes outras alternativas a não ser o trabalho volante ou a evasão para os grandes centros, engrossando as fileiras dos sem-emprego por absoluta falta de qualificação profissional.

Por estas e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis para que dêem o seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 055/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do lote de terras de sua propriedade a seguir: lote de terras nº 02, da quadra 56, da planta geral da cidade de Goioerê-PR, com área 350,00m², devidamente matriculado sob o nº 17.351 do Livro 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê-PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Adhigo para construção da sede Própria da Entidade, que atende aproximadamente 2.000 (dois) mil associados no tratamento do hipertenso e diabético.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa edificar a sede própria da ADHIGO - Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê, que tem desenvolvido um trabalho de importância ímpar aos portadores destes males que afligem grande parte da população brasileira. Entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade identificando casos de diabetes e hipertensão, desenvolvendo campanhas preventivas, trabalhando como vital ponto de apoio aos diabéticos desde a orientação e ajuda na dieta alimentar, até a própria distribuição de medicamentos de uso contínuo. Por esta e inúmeras outras atividades a ADHIGO tem se constituído em um fundamental elo de ligação entre pacientes (na maioria carente), poderes constituídos e comunidade.

Por estas e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis para que dêem o seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 056/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres/APM da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Boa Esperança-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres/APM da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Boa Esperança-PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 057/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres/APM da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede na localidade de Alto Palmital, município de Boa Esperança-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres/APM da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede na localidade de Alto Pimentel, Rua dos Estudantes s/nº município de Boa Esperança-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 058/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Palmital - Ensino Fundamental e Médio, com sede na localidade de Alto Palmital município de Boa Esperança-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Alto Palmital Ensino Fundamental e Médio, com sede na localidade de Alto Palmital, Rua dos Estudantes, s/nº, no município de Boa Esperança-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 059/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica e de água, obrigadas a dispensarem tratamento especial às famílias de baixa-renda.

§ 1º - Por tratamento especial entende-se a isenção das tarifas mensais de energia e água.

§ 2º - Por famílias de baixa-renda entende-se aquelas cuja renda familiar é igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) de um salário-mínimo *per capita*.

Art. 2º - Durante a vigência do tratamento especial a que se refere o artigo 1º, § 1º desta lei, os consumos franqueados serão de dez metros cúbicos de água e 100kwh de energia elétrica para cada família.

Art. 3º - O Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da vigência desta lei, fará publicar seus atos de regulamentação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A energia elétrica e a água encanada são bens indispensáveis à manutenção da vida e, por isso, essenciais.

Os órgãos públicos, através de serviços concessionários, permissionários ou de qualquer outra natureza, são obrigados a fornecê-los adequadamente, e por serem essenciais, de forma contínua, sem interrupção. Princípio, aliás, já consagrado em diploma legal (Código de Defesa do Consumidor, Art. 22º), embora desrespeitado tanto na garantia do direito quanto no aspecto da ininterruptibilidade.

O desemprego e o empobrecimento de segmentos da população têm impedido, para um grande número de famílias, o acesso à renda suficiente para que possam arcar com o custo das tarifas dos serviços em pauta, que tem crescido em descompasso com o reajuste dos salários e em níveis superiores aos dos índices inflacionários.

Desta forma, ficam essas famílias submetidas a esforços crescentes de contração de despesas básicas, como as de alimentação, a fim de arcarem com as de energia e água. E, o que é mais grave, e vem ocorrendo com frequência crescente, é a interrupção do fornecimento desses bens essenciais, inclusive com o constrangimento das famílias, frente a seu meio social, face aos cortes efetuados pelas empresas.

O atual governo do Estado do Paraná, demonstrando grande sensibilidade social, sustentou, durante a campanha que elegeu, a firme disposição de enfrentar este problema, isentando as famílias de baixa renda das tarifas de água e energia.

Face ao exposto, é apresentada esta proposta de lei, que visa isentar as famílias de baixa renda das tarifas de energia e água e prevenir o corte no fornecimento desses serviços.

A proposta de lei configura-se como oportuna e de grande alcance social, além do que, apóia e auxilia o governo no cumprimento de suas promessas de campanha.

PROJETO DE LEI Nº 060/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso I, artigo 1º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, e acresce inciso ao mesmo artigo, com as seguintes redações:

“Art. 1º -...

I - setenta e nove por cento (79%), considerando o valor adicionado nas operações relativas ao ICMS realizadas em cada município e em relação ao valor adicionado do Estado, apuradas segundo o disposto na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990;

II-...

VII - um por cento (1%), como fator de distribuição aos municípios litorâneos, que têm sua população aumentada, substancialmente, nos meses de alta temporada”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente propositura com este percentual de 1%, minimizar as enormes despesas das Prefeituras Municipais de nosso litoral durante a alta temporada.

Durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a população sofre um acréscimo de mais de 3.000%, acréscimo este que gera a necessidade de inúmeros serviços extras, que justificam uma redistribuição do ICMS para fazer frente a estas despesas flutuantes.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 061/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo de Pequenos Empreendedores Autônomos (GPEA) de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Pequenos Empreendedores Autônomos (GPEA) de Primeiro de Maio, entidade social, sem fins lucrativos, surge em defesa da organização e promoção de trabalho de pequenos empreendedores autônomos, visando a integração de todos, no mercado de trabalho, utilizando para o apoio à formação de unidades individuais que integrem grupos de interesses semelhantes aos concorrentes, que possibilitem o uso comum, de benefícios atuando através de ajuda mútua e de parceria.

Desta forma, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 062/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Bandeirantes do Norte, localizada no Rio Bandeirantes do Norte, coordenadas UTM N 7458000 E 41500 ou coordenadas geográficas 22°58'42" S, 51°49'44" W.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada

ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambientais do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A crise energética que o país atravessa é a justificativa mais evidente da compatibilidade do presente empreendimento. Um exemplo é a concordância com os objetivos do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica, recentemente estabelecido pela medida provisória nº 2.152-2; de 1º de junho de 2001, que cria a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Esta tem a incumbência de incentivar a oferta de energia elétrica na malha energética, limitar o uso dos recursos hídricos, priorizando o consumo humano e a geração de energia, entre outras prioridades.

Nos aspectos ambientais, a conclusão do empreendimento trará melhorias concomitantes aos objetivos e ações de diversos programas governamentais, nos setores de agricultura (manejo e conservação de solos, Paraná 12 Meses), saúde, educação, saneamento, meio ambiente (monitoramento ambiental), entre outros. Nas medidas e programas ambientais são previstas ações de monitoramento e controle ambiental fundamentais para a segurança do empreendimento e mitigação, e ou compensação e impactos.

Um exemplo marcante disto é o monitoramento do uso do solo, que, para as condições ambientais da bacia, é fundamental sua conservação em função do risco de assoreamento. Em relação à água, também pode se adiantar que entre as medidas previstas está o monitoramento e controle da qualidade da água, onde a ação incisiva para a ampliação dos sistemas do tratamento de efluentes será constante.

A recuperação das matas ciliares constitui-se em medida indiscutivelmente positiva, já que a bacia é praticamente desprovida de vegetação ciliar.

PROJETO DE LEI Nº 063/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva - ministro chefe da Casa Civil do Governo Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(aa) ÂNGELO VANHONI, ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, ANDRÉ

VARGAS, HERMES DA FONSECA, NATÁLIO STICA E PEDRO IVO ILKIV.

JUSTIFICATIVA:

José Dirceu de Oliveira e Silva

Nasceu em Passa Quatro (MG) no dia 16 de março de 1946. É casado com Maria Rita Garcia de Andrade. Têm três filhos - José Carlos, Joana e Camila - de casamentos anteriores. Advogado, formou-se pela PUC-SP em 1983 e posteriormente fez pós-graduação em Economia na mesma universidade.

José Dirceu chegou em São Paulo em 1961 para trabalhar e estudar. Em 1965, iniciou o curso de Direito na PUC/SP, onde foi vice-presidente do DCE no período 65-66, presidente do CA XXII de agosto de 1966 e, em 1967, presidiu a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), da qual é hoje presidente de honra. Em 1968 foi preso em Ibiúna, durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE. Ficou preso até setembro de 1969, quando teve sua nacionalidade cassada e foi banido do país. Durante o exílio, trabalhou e estudou em Cuba. Em 1975 retornou clandestinamente ao Brasil e, até 1979, viveu no interior do Paraná, no município de Cruzeiro do Oeste, tendo feito cirurgia plástica e adotado nova identidade. Retornou a São Paulo em dezembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia.

Fundação do PT

No momento da fundação do PT, José Dirceu era um ex-preso político exilado de volta ao Brasil graças à Lei da Anistia. Começava a construção de um partido popular formado por trabalhadores, democrático, pluralista e de luta, para mudar a política brasileira e dar um basta à ditadura. “Assinei a Ata de fundação com o sentimento de que acabava de readquirir meus direitos políticos e minha nacionalidade que a ditadura roubara. O PT entrou em minha vida para não mais sair”.

José Dirceu foi secretário de Formação Política (1981/83) e secretário geral do Diretório Nacional do PT. Foi assistente jurídico, auxiliar parlamentar e assessor técnico do gabinete na Assembléia Legislativa de São Paulo de 1981 a 1986.

Anistia e Diretas Já

Participou ativamente do movimento pela anistia aos processados e condenados por atuação política e na coordenação da campanha pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984, quando representou o PT no “Comitê Intrapartidário Pró-Eleições Diretas para Presidente”, destacando-se como um dos principais coordenadores. “Diretas Já”: foi o movimento que, conforme relata o próprio Dirceu, “nos deu a lição histórica de que as grandes mudanças políticas e institucionais em nosso País só são feitas quando nosso povo se levanta e participa da vida política do País.”

Deputado Estadual - 1986

Em 1986 elegeu-se deputado estadual (PT/SP) com 23.990 votos. Sua atuação na Assembléia Legislativa destacou-se pela denúncia de corrupção no governo Quéricia. Teve também importante participação na Cons-

tituinte Estadual (1989), na restauração das prerrogativas do Legislativo e nas áreas de segurança pública, ciência e tecnologia e no combate aos “trens da alegria”. Também em 1989 foi um dos principais coordenadores da campanha presidencial do Lula e da Frente Brasil Popular.

Deputado Federal - 1990

Em 1990 elegeu-se deputado federal (PT/SP) com 35.329 votos. Foi autor, juntamente com o senador Eduardo Suplicy, do requerimento que criou a CPI do PC. Como representante do PT na CPI, foi figura fundamental para o levantamento das denúncias sobre o esquema PC e a apuração de irregularidades que levaram ao impeachment do ex-presidente Collor.

Junto com a ação de fiscalização e controle no sentido e impedir a corrupção na administração pública, a sua atuação abrange temas ligados à defesa Nacional, Forças Armadas, Segurança Pública e Controle dos Órgãos de Informação.

Atuou como representante do PT na Comissão Especial da Reforma da Legislação Eleitoral e Partidária. Em 1991 apresenta projeto de mudança global da Lei Orgânica dos partidos Políticos e do Código Eleitoral, principalmente no que diz respeito ao controle de gastos das campanhas eleitorais e financiamento de partidos políticos.

Participou com a apresentação de emendas no processo de discussão da Lei de Licitações Públicas.

Foi um dos responsáveis pela criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, que vem cumprindo importante papel de denúncia e busca de canais de informação junto às autoridades sobre o paradeiro das vítimas da ditadura.

Defende mudanças na legislação sobre concessões de emissoras de rádio e TV, sobre o papel do Senador Federal e na proporcionalidade da representação política dos Estados da Federação na Câmara dos Deputados.

Propôs a criação de um órgão de controle externo do Poder Judiciário, que garante uma Justiça democrática e transparente.

Foi membro das Comissões de Constituição e Justiça, Defesa Nacional, Reforma da Legislação Eleitoral e Partidária, Ciência, Tecnologia e Comunicações.

Eleições para Governador do Estado de São Paulo

Em 1994, José Dirceu foi candidato ao Governo do Estado de São Paulo pela Frente Brasil Popular, tendo obtido 2.085.190 votos (14,86%), ficando em terceiro lugar. Após as eleições, passou a coordenar o Programa de Combate à Corrupção, proposto pelo Instituto Cidadania.

Presidência do PT

O grande acordo conservador que levou FHC à presidência encerrou um ciclo de lutas sociais e políticas iniciado nos fins dos anos 70, que deu origem ao PT e renovou nossa cultura política. Diante da ofensiva neoliberal de Fernando Henrique, coloca-se, então, para o PT, a necessidade de resistir a uma política que promove a

desconstrução nacional e a desestruturação social em nome da estabilidade monetária. Essa resistência exigia ações concretas e uma reflexão profunda sobre as transformações que então sacudiam o Brasil e o mundo. Ao mesmo tempo, tratava-se de repensar o Partido para enfrentar os complexos desafios deste fim de século. Nestas circunstâncias, em 1995, Zé Dirceu assumia a presidência do PT, com a tarefa de suceder Lula. Foi reeleito em 1997, em 1999 e em 2001.

Deputado Federal - 1998

Em 1998 elegeu-se novamente deputado federal (PT/SP) com 113.659 votos. No processo legislativo José Dirceu teve uma inflexão muito forte na discussão da proposta de Reforma do Judiciário, na Comissão Especial que proferiu parecer sobre a Reforma da Segurança Pública e na Comissão da Reforma Política, (que infelizmente, porque no fim acabou virando um “pacotinho” e pouco produziu, muito embora a atuação de José Dirceu na Comissão tenha sido muito importante) Na área de fiscalização e controle, José Dirceu apresentou requerimento para uma CPI sobre a atuação do BNDES no processo de privatização. Este requerimento está pronto e regimentalmente apto para instalar a CPI, portanto, está na fila. Também nesta área foi muito importante a atuação de Dirceu em relação à privatização do Banespa, denunciando as irregularidades do processo.

Há dois projetos de lei de autoria de José Dirceu de controle e fiscalização das urnas eletrônicas; o projeto de controle sobre aquisição de imóveis na Amazônia por estrangeiros; uma proposta de emenda à Constituição para que o Congresso se manifeste sobre acordos e tratados internacional e a recente proposta de emenda à Constituição dispondo sobre neopotismo no serviço público.

Além disso, José Dirceu figura como uma das mais importantes lideranças do Congresso Nacional, por sua liderança e atuação na condução das negociações sobre os mais diversos assuntos tratados, conforme apontam os relatórios do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que destacam os parlamentares mais influentes do Congresso, apontados pelo próprios congressistas.

Reeleito Presidente do PT

Em 16 de setembro de 2001 acontece pela primeira vez na história do Brasil uma eleição direta para a escolha do presidente de um partido. O PT realizou com grande sucesso o Processo de Eleições Diretas, que renovou também os dirigentes em nível nacional, estadual e municipal. José Dirceu foi reeleito presidente nacional do PT dando continuidade ao processo de modernização, construção partidária e a proposta de levar o PT a governar o Brasil. Integrante da coordenação das campanhas eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 89, 94 e 98, José Dirceu assume a importante tarefa histórica de ser o coordenador geral da campanha de nosso candidato à presidência, quando o cenário nacional nos apresenta a real possibilidade de vitória para

governar e mudar o Brasil, para construir um Brasil justo, solidário e soberano.

Eleições 2002

Nessas eleições, José Dirceu se reelegeu deputado federal com a expressiva votação de 556.563 votos, sendo o segundo deputado mais votado do Brasil. Sua reeleição representa aqueles que querem o PT mais forte e preparado para o maior desafio da história do nosso País: governar com Lula presidente e também com uma maioria parlamentar capaz de mudar o Brasil. Mudar para crescer e de desenvolver com distribuição de renda, realizando o sonho de uma nação justa e soberana. José Dirceu é nome imprescindível para ajudar Lula a governar o Brasil. É um grande articulador político, sério, experiente e preparado.

Durante a transição institucional de governo, o presidente do PT assumiu, por delegação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o cargo de coordenador político da equipe de transição, com a responsabilidade de coordenar as articulações com os partidos políticos, a fim de formar uma base de sustentação para o novo governo.

Durante reunião do Diretório Nacional do PT, em 07 de dezembro de 2002, em São Paulo, José Dirceu se licenciou da Presidência Nacional do Partido para participar do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, sendo substituído pelo deputado federal José Genoíno (SP), que era o vice-presidente nacional do PT.

Em 12 de dezembro, o presidente eleito Lula anunciou que o deputado federal José Dirceu, coordenador político da equipe de transição, será o ministro-chefe da Casa Civil de seu governo.

PROJETO DE LEI Nº 064/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Platinense - APHP, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, o primeiro orador inscrito, deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna no Pequeno Expediente para informar a Casa que 34 deputados assinaram a CPI do Banestado.

Portanto, encaminho o referido documento que trata de formação da CPI que vai trabalhar na investigação.

O Senado da República, segundo notícia nacional, falta uma assinatura para que também instale uma CPI similar.

Senhor presidente, senhores deputados, uma coisa me chamou a atenção ontem ouvindo a CBN que fazia uma enquete sobre o que o povo pensava da CPI. Ouvi um comentário que, via de regra, a CPI vira pizza.

O Poder Legislativo não é tratado com o devido respeito e consideração, sobretudo por aqueles que ocupam horário nobre de rádio, de televisão e jornais.

Será que o Poder Legislativo terá que se valer da informação para revelar quanto ganha um veículo de comunicação da gorda “teta” do governo? Será que terei que vir à tribuna para dizer quanto a Sanepar repassou para este ou aquele veículo de comunicação? Será que o Poder Legislativo não merece a devida consideração, ou sobretudo, o respeito de uma sociedade evoluída, com a educação que tem que ter?

A CPI do Banestado não vai virar em pizza. Se faltar assessoria nesta Casa, considero-me suficientemente articulado com a sociedade para convocar ônus de boa vontade para, graciosamente assessorar a CPI.

Vou me articular com auditores, com economistas, com advogados que, sem recursos, sem verba, virão aqui para fazer justiça, emprestar um trabalho que dignifique o Poder Legislativo, e sobretudo, vai revelar diariamente os fatos à opinião pública.

Ora, será que é mais importante uma CPI que revela, diariamente, os atos para a opinião pública?

Por que é que foi criada a agência do Ba-nestado do Nova York?

Por que é que houve aquela compra dos títulos podres e quem vendeu? De Osasco, Guarulhos e Maranhão?

Por que é que a agência do Banestado foi fechada no Paraguai?

Quem foi o presidente que pagou a multa imposta pelo Banco Central?

Por que o Banco Central fez vistas grossas com o furo do Banestado para depois entrar em entendimento com o Executivo do Paraná para que o povo pague a conta de quatro bilhões e vinte e cinco milhões?

Não é uma CPI que pode ser ironizada! Isto aqui não é uma brincadeira, os que sentam nessas cadeiras são eleitos pelo povo, pela consciência popular...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

V. Exa. poderá usar também o Horário da Liderança do PDT.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente.

Faço essas considerações para que sirva como marco, mais uma vez, para chamar a atenção do parlamento que aprova um orçamento do Paraná de dez bilhões, dando uma elasticidade absurda!

Que esta Assembléia fiscalize a execução do orçamento, porque em todos os quadrimestres o Governo do Estado vem aqui para prestar conta.

Nós temos no Brasil o regime presidencialista, mas a constituição é parlamentarista! O que falta a este Poder e a todo Poder Legislativo do país, talvez, seja esse grito de independência!

Façam as críticas, mas não desconsiderem este Poder que é o poder que representa o povo!

Mais vale uma CPI do Poder Legislativo do que processos vultosos escondidos nas gavetas de outros Poderes!

Aqui é transparente, aqui se revela a consciência do povo do nosso Estado!

Portanto, senhor presidente, encaminho à Mesa essa CPI e peço, mais uma vez, com humildade, à nossa Imprensa, que trate o Poder Legislativo com respeito. Isto daqui não pode servir de manchete para vender jornal ou para dar IBOPE na televisão ou no rádio. Isto aqui merece a consideração, merece o respeito e talvez seja necessário que este Poder se revele mostrando os fatos, porque não foi este Poder que consumiu quinhentos e nove milhões de reais em publicidade e propaganda!

Façam as contas:

Uma creche custa cento e setenta mil reais;

Num único ano o Governo gastou cento e trinta e quatro milhões de dólares em publicidade e propaganda!

No outro ano cento e dezessete milhões de dólares, isso foi em 1997. Cento e trinta e quatro milhões foi em 1998.

O Sr. Jocelito Canto

Concede um aparte, nobre deputado?

(Assentimento).

Acompanhava, atentamente seu pronunciamento e como membro da imprensa que sou, gostaria que V. Exa. ao fazer seu pronunciamento “desse nome aos bois”, porque se não fica muita “gente no bolo”, ataca-se pessoas que acho que não deve. Como sou membro da imprensa, é tão duro quando no geral se fala em nome de muitas pessoas e de repente ataca-se pessoas que não se deve.

Então, gostaria que V. Exa. dentro desse seu pronunciamento brilhante, o senhor dissesse quais são os meios de comunicação que estão atrapalhando e que estão fazendo esse tipo de confusão, que estão julgando antes da hora.

O SR. NEIVO BERARDIN

Terá os números quando o governo do Estado responder o requerimento aprovado no dia de ontem, ainda determina que o governo informe à Casa quanto receberam as quatro agências de publicidade, para quem foi remetido os recursos.

O requerimento determina que seja nominado o veículo de comunicação, o valor e o contrato.

Sinceramente, deputado Jocelito Canto, nunca...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem um minuto para concluir seu pronunciamento. V. Exa. já usou o horário da liderança do PDT e quero avisar V. Exa. e aos demais parlamentares, que vamos ser rigorosos no cumprimento do tempo.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. evidentemente, cumpre o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sem dúvida nenhuma, então peço que V. Exa. tenha a compreensão de respeitar o Regimento Interno desta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. terá de minha parte, absoluta e restrita consideração, portanto está encerrado o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Muito obrigado!

Sei da responsabilidade de V. Exa. e do compromisso que tem com o Regimento e com a Constituição do Estado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Pela mesma condição, antes de ontem, estava na tribuna o deputado Edson Praczyk e solicitou a continuidade do Pequeno Expediente na Liderança ou do Grande, não me recordo, e o presidente do momento não concedeu.

Há um comportamento da Mesa Diretiva em determinar esta questão? De anexar os tempos ou será tempos definidos e identificados igualmente?

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de esclarecer que era o meu primeiro dia ocupando a presidência, interinamente, e entendi que o pedido do deputado Edson Praczyk era para usar o horário do Grande Expediente, no qual o deputado estava inscrito também.

Gentilmente, pedi para que o deputado aguardasse o horário do Grande Expediente, a fim de ouvirmos os demais deputados inscritos no Pequeno Expediente.

Tive a compreensão do deputado Edson Praczyk, depois fiquei sabendo que ele queria usar o horário também da liderança partidária, no que já me desculpei com o deputado e, portanto, creio que é uma situação "letra morta" neste momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar ao Plenário que a posição adotada pelo presidente Stica foi corretíssima. Ele cumpriu estritamente o que está no regimento.

Deputado José Maria, V. Exa. sabe que o nosso Regimento realmente precisa de uma alteração imensa. Nosso Regimento tem mais de quarenta anos e estamos inclusive trabalhando nesse sentido. O deputado Hermes tinha iniciado um trabalho, o deputado Vanderlei também agora está participando e vamos fazer as alterações necessárias para que possamos realmente usar o Regimento como a nossa Bíblia aqui da Casa.

E essa concessão que fizemos com o deputado Neivo realmente contraria o Regimento Interno da Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, se for acertado, o deputado pode saber se vai ser anexado ou não? É só a prática. Se for conduta, a Casa aceita como até hoje aceitou?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na realidade, nós vimos aceitando anteriormente. Vamos aceitar até a reformulação do Regimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Vai ser aceito? Então está bem.

Solicitaria uma outra questão à Mesa: que sempre quando tivesse um orador na tribuna, ele não fosse interrompido e que o cerimonial tivesse condições de encaixar no tempo ou que avisasse o presidente em exercício que está para chegar uma autoridade. Nesta semana, nos primeiros dias, o deputado Augustinho Zucchi usava a tribuna e ficou "sem a escada com o pincel". Desagradável, uma desconsideração com o deputado! Devemos acolher a todos que vêm a esta Casa com urbanidade, mas não podemos ser submetidos, também, à desurbanidade.

Então, que o cerimonial se organizasse, informasse ao presidente e que tivesse tempo do deputado poder fazer o seu pronunciamento sem ser interrompido como foi o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nobre deputado José Maria, não estava previsto a visita do governador ao Plenário da Casa. Ele estava no salão nobre, aí na ocasião ele fez uma solicitação: posso visitar o Plenário? E eu não poderia negar que ele visitasse o nosso Plenário, e realmente, nós deveríamos ter aguardado o término do pronunciamento do deputado Zucchi.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas com a sala de apoio sei que se terá condições para isso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sem dúvida nenhuma.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Queria comunicar a esta Casa que a partir da próxima Sessão, na segunda-feira, eu estarei atendendo um convite do meu amigo e companheiro Carlos Simões, filiando-me ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Então, a partir de segunda-feira estaremos no PTB junto com o Carlos Simões e os demais companheiros desta Casa, atendendo um convite, do qual fiquei muito feliz.

Senhor presidente, o que nos traz a esta tribuna hoje, acho que a grande maioria dos senhores deputados vão estar presentes conosco neste requerimento que estamos apresentando, eu falo aqui não na condição de um proprietário de uma estação de rádio, de uma emissora de rádio, mas falo aqui na condição de alguém que detém alguns horários em rádio, que sobrevivemos graças ao rádio e que o rádio tem sido o principal meio de comunicação da grande maioria dos senhores parlamentares e também da classe política em geral.

O rádio é dinâmico, é imediato, atende tudo aquilo que, principalmente, a comunidade precisa. E nós estamos requerendo, no dia de hoje, que o Governo do Estado, através da Copel, através do seu presidente, Paulo Pimentel, possa devolver às estações de rádio o convênio que por muitos anos prevaleceu entre o Estado, as emissoras de rádio e a Copel, que permitia que 50% da energia elétrica consumida pelas emissoras de rádio fosse abatido como forma de permuta na publicidade diária do Estado e da Copel. E esse Governo que encerrou-se no final do ano, ainda no apagar das luzes do Governo Jaime Lerner, que não era muito de rádio, mas usava bastante. E esse convênio tem trazido já algumas dificuldades, principalmente para as emissoras do interior do Paraná. As emissoras dos grandes pólos, das grandes cidades e da Capital do Estado às vezes não sentem o que é esse contrato, mas as emissoras do interior, as emissoras mais simples, que têm menos publicidade, que são as emissoras lá do interior, são que estão sofrendo mais com o corte desse Governo.

Então, estou requerendo nesta Casa, hoje, que o presidente da Copel determine imediatamente a volta desse convênio, através da AERP. Sabemos que o Dr. Paulo tem algumas divergências com o presidente da AERP, mas a AERP não é só do presidente, a AERP é de todos os radiodifusores do Estado do Paraná e de nós que vivemos do rádio, que somos radialistas e de todos nós, os políticos, que usamos o rádio diariamente. E o Dr. Paulo Pimentel tem uma história bonita na história da AERP, ele é um dos fundadores da AERP no Estado do Paraná.

Então, fica o apelo aqui, para que o presidente da Copel, rapidamente, que é um homem de comunicação, possa devolver esse convênio, até porque o governador Roberto Requião foi o homem que mais usou as rádios no período do senado, usava diariamente as rádios fazendo o seu pronunciamento, colocando as suas idéias, fazendo os seus comentários.

Então, acho que está na hora de o governador Roberto Requião, que é um radialista, que é um homem de comunicação, que sempre teve a rádio à sua disposição, devolver não os 50% do convênio, mas devolver os 100% como era no seu governo, porque no governo Requião, os meios de comunicação, as rádios tinham 100% de desconto, de permuta, na instalação da energia elétrica nas emissoras.

Então, eu queria que os companheiros deputados nos apoiassem, porque o que eu mais vejo falar é político em rádio, inclusive eu.

Então, temos que devolver isso às estações de rádio e principalmente, às estações de rádio do interior do Paraná, que são as que mais estão sofrendo, passando momentos de dificuldades. E que esse contrato assinado, a volta desse convênio, seja visto, primeiro, como uma homenagem ao governador Roberto Requião às emissoras de rádio que sempre lhe apoiaram.

Em segundo lugar, que seja uma homenagem ao Dr. Paulo Pimentel, porque ele foi um dos fundadores da AERP e um dos que incentivou os rádiodifusores do Estado do Paraná.

Eu peço isso, porque a grande maioria dos companheiros de rádio, principalmente do interior, dependem muito do faturamento.

Então, eu pediria a todos os companheiros que nos apoiassem nesse requerimento, e pediria ao presidente da Copel que interferisse e assinasse imediatamente esse convênio de 100% para dar o direito às estações de rádio. E que o nosso governo, que é um homem de comunicação, que é um homem que gosta de pegar o telefone cedo: “Bom-dia, aqui é o Requião, dá para eu falar”?

Dá.

Agora ele deu o direito a cada estação de rádio. Isso é importante, senhor presidente, porque é feito de acordo com a fatura de energia de cada estação de rádio, então todas são beneficiadas.

Fica esse apelo para que imediatamente esse convênio volte a acontecer e que não seja 50%, seja 100%, porque as estações de rádio, acima de qualquer coisa, são emissoras que beneficiam o povo, que trabalham com o povo, que lutam pelo povo, e a população gostaria de ver de novo esse convênio assinado.

Era isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Exmo. Sr. presidente, membros da Mesa Diretiva, senhoras e senhores deputados:

Venho aqui para demonstrar a minha indignação com o que anda acontecendo na cidade de Londrina em relação aos postos de combustíveis.

Londrina paga hoje a gasolina mais cara do Brasil. Recentemente a Rádio CBN fez uma pesquisa e isso foi comprovado. Hoje pela manhã no Bom-Dia Brasil e Bom-Dia Paraná, da Rede Globo, mostrou que a Agência Nacional de Petróleo lacrou em apenas uma semana 03 postos de combustível com gasolina adulterada e com o teor de álcool fora do que determina a legislação.

Eu gostaria que ficasse registrado nesta Casa que em Londrina existe um descarado tabelamento de preços comprovando a cartelização neste setor. Londrina que tem, por exemplo, até assassinatos cometidos àqueles donos de postos de combustíveis que ousam desrespeitar esse tabelamento tácito comandado por meia-dúzia de proprietários de postos de combustíveis.

Não sei é “dumping”, se é cartel, mas o Ministério Público está atento e até mesmo a justiça não conseguiu evitar esse verdadeiro descalabro contra a economia popular. Prisões preventivas já foram decretadas, mas os donos de postos de combustível conseguem também, na brecha judicial, evitar que eles passem o maior tempo atrás das grades.

Gostaria apenas de lembrar também que a questão do álcool é a mesma. Londrina que tem num raio de cem quilômetros pelo menos três usinas - em Bandeirantes, em Porecatu e em Rolândia - tem hoje o álcool sendo vendido a um preço exorbitante. Em Apucarana se paga um real e trinta e oito centavos. O litro da gasolina em Londrina está na faixa de dois reais e quarenta centavos. Em Leroville, um distrito de Londrina, a gasolina custa dois reais e vinte centavos. A variação de posto para postos não chega a três centavos pelo litro de gasolina. A gente vê que aqui em Curitiba custa dois reais e nove centavos. Em Ponta Grossa chega-se a vender até a dois e três reais. No interior de São Paulo custa um e setenta e seis.

Então, eu gostaria que ficasse registrado porque nós estamos passando por um problema muito grande e no dia de hoje os consumidores indignados estão fazendo um boicote para que ninguém abasteça álcool nem gasolina durante um dia todo para ver se consegue alertar a sociedade civil organizada e principalmente as autoridades para que alguma providência seja tomada.

O Procon que tem uma estrutura insipiente para a cidade de Londrina tenta fiscalizar mas não consegue.

Então, eu gostaria que alguma coisa pudesse ser feita. A gente vê aqui a deputada Elza Correia, o deputado André Vargas, que são da cidade de Londrina e sabem perfeitamente que isto acontece. O deputado José Maria Ferreira, de Ibioporã, o próprio deputado Durval Amaral, de Cambé.

Então, é um absurdo, um descalabro contra a economia popular, teve gente assassinada por causa disto, os postos que vendem mais barato amanhecem no outro dia com tiros nas bombas e até mesmo ameaças que ninguém pode, até mesmo, duvidar. Inclusive emissoras de rádio comprovaram que estão sendo vítimas desse absurdo que está se cometendo na cidade de Londrina.

Era este o registro que eu gostaria de deixar e apenas também, para finalizar, depositar esperança no juiz Álvaro Rodrigues Júnior, que é um juiz destemido, jovem e com um brilhante trabalho já à frente do Judiciário de Londrina, que está assumindo agora essa questão para que a responsabilidade seja apurada e os culpados sejam, acima de tudo, punidos, porque a gente sabe até da alta carga tributária por parte do governo federal, das dificuldades de se contratar funcionários, mas está amplamente divulgado pela mídia o que a gente vem aqui hoje ocupar esta tribuna para ficar registrado.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero parabenizar o deputado Barbosa Neto pela questão que levanta e acho que é uma questão que a Casa não pode ficar alheia a tamanha denúncia que faz aqui o deputado Barbosa Neto. Afinal de contas Londrina é no Paraná, segunda cidade do nosso Estado. Não podemos imaginar que a cidade de Londrina possa se transformar numa ilha aonde, como falou aqui o deputado Barbosa Neto, através da cartelização dos postos de gasolina, quem ousa discordar da ordem estabelecida deste poder paralelo acaba sofrendo conseqüências, inclusive, pagando com a própria vida.

Eu sugiro a V. Exa. que em nome da Assembléia Legislativa façamos uma solicitação ao Ministério Público e ao Procon para que possamos ter uma resposta com relação a esta questão, até porque nós percebemos que em outros lugares do país já aconteceu, mas tendo em vista a interferência do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Procons, tivemos uma solução desse problema. A minha questão de ordem, senhor presidente, é no sentido que V. Exa., em solidariedade ao que coloca aqui o deputado Barbosa Neto, que representa a cidade de Londrina, como os deputados Elza, André Vargas, José Maria e outros, possamos colocar a posição da Assembléia Legislativa em uma medida oficial. Que isso seja feito de ofício, através da Assembléia Legislativa, para que as providências sejam tomadas.

Era essa a questão de ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros, deputadas e deputados, imprensa, servidoras e servidores desta Casa.

Gostaria de fazer coro à preocupação do deputado Barbosa Neto e dizer que, quando vereadora na cidade de Londrina, tentamos na primeira legislatura fazer na Câmara de Vereadores, um pedido de Comissão Especial de Inquérito, para investigarmos esse flagrante descabimento, que diz respeito aos consumidores e à população. E não recebemos daquela Casa, na ocasião, o necessário respaldo para isso. Esse é um tema que interessa não só a Londrina, mas a todo o Estado. Portanto, acho de fundamental importância, que tomemos providências no sentido de enfrentarmos esse público cartel da questão da gasolina, não só no Paraná, mas no Brasil. Eu queria cumprimentar o companheiro deputado, pela lembrança de tão importante tema.

Uso a palavra, neste momento, para trazer uma questão que para alguns pode parecer irrelevante, diante de tantas questões “pipocando”, de fundamental importância - deputada Rafagnin - no nosso Estado e no nosso País.

Mas, acho importante deixar consignado na Casa, que o que vamos colocar aqui, para nós, mulheres, trata-se de um assunto de inquestionável valor. Nós, mulheres, representamos 40% da população economicamente ativa neste País. Somos mais da metade da população. Somos mais da metade dos eleitores do Brasil, portanto, do Paraná também. Em cada quatro famílias brasileiras, uma já é chefiada por mulher. E de forma indiscutível as mulheres participam do cotidiano deste País, de forma incontestável, trazendo sua contribuição nas mais diversas esferas.

Aqui, na Casa, apesar de quantitativamente sermos quatro, em um universo de 54 deputados, estamos aqui não apenas representando o numeral quatro, mas representando um grande contingente de mulheres paranaenses, servidoras desta Casa também, que contam na História do Paraná e do Brasil.

Gostaria de colocar que, quando vereadora em Londrina, na legislatura passada, eu era a única mulher. Recebi minha carteira, senhor presidente, como senhor vereador Elza Correia.

Isso não é uma questão emblemática. Isso não é uma questão simbólica apenas, mas é uma demonstração “*sine que non*” do descuido cultural, que ainda há em relação à participação das mulheres na nossa sociedade.

Somos representantes do gênero feminino e tivemos uma batalha enorme na Justiça Eleitoral, senhor presidente, para que a listagem fosse feita de mulheres e homens - sexo feminino e masculino - porque era colocado na listagem do Supremo tribunal Eleitoral: senhor vereador eleito Elza Correia; senhor vereador eleito Maria Aparecida; senhor deputado eleito Dorotéia de Jesus. É preciso prestarmos atenção nessas coisas. Não são pequenas coisas. São sinais de que ainda as mulheres brasileiras têm que dizer, que nós existimos, somos, temos contribuição, competência, conhecimento e ajudamos a construir este País. Assim tem sido e esse não é um discurso feminista de “abaixo aos homens”, pelo contrá-

rio, é um discurso de inclusão de homens e mulheres, na busca de uma sociedade de fato justa e solidária com todos.

Tenho certeza, que não por preconceito, não por discriminação, mas por descuido cultural, também aqui na Casa quando recebi minha carteira, senhor presidente, recebi como deputado Elza Correia; não aceito!

Quero a minha carteira e das minhas companheiras como deputada Elza Correia, deputada Luciana Rafagnin, como deputada Cida Borghetti.

Isso é uma questão que tem a ver com a luta que enfrentamos em relação à questão de gênero no país.

Estamos na sociedade brigando por creches, por escolas, por saúde, por asfalto, emprego, salário, pela questão do meio ambiente, pela democracia, para que tenhamos um mundo melhor para todos.

Este é um ponto de honra, que pode parecer uma bobagem para alguns companheiros, mas eu acho que seria um constrangimento, José Maria, meu companheiro de Ibiporã, nobre deputado, se V. Exa. recebesse sua carteira, “deputada José Maria”, V. Exa. não haveria de gostar, não por uma questão apenas de gênero, feminino ou masculino, mas por uma questão do quanto representa na sociedade a posição e postura de respeito que há que se ter com qualquer cidadão.

Não estou fazendo discurso de choramingos como alguns podem achar, não estou fazendo uma fala rançosa e rancorosa, estou fazendo uma fala para que compreendamos o quanto é fundamental, o quanto é importante nesta Casa, e em qualquer outra casa deste País, seja na nossa, na escola, fábrica, escritório, na rua, que seja reconhecido o valor e a participação das mulheres na construção do mundo novo.

Gostaria de colocar portanto, que a partir do dia 8 de março, estaremos comemorando o Dia Internacional da Mulher, e esta data não foi conquistada como um presente, mas é uma data importante à medida que 189 companheiras em Nova York, no início do século, morreram queimadas porque lutavam por melhores condições de trabalho e por melhores salários.

Eu não gostaria de que nós tivéssemos que continuar fazendo falas para lembrar não apenas o 8 de março a participação das mulheres na sociedade, mas para lembrar que nós queremos ser respeitadas na nossa cidadania como cidadã plena.

A História do Brasil, senhores deputados, insiste em nos colocar numa visibilidade obscura, nega a participação das mulheres na construção deste País. A história do Brasil se recusa a mostrar que brancas, índias e negras tiveram e têm ainda hoje uma participação extraordinária na construção dessa nova ordem social que todos queremos e que seja boa para homens e para mulheres.

A sociedade e o modelo cultural que temos não serve mais nem para homens e nem para mulheres, e essa nova ordem que nós queremos, gostaríamos que a inserção da mulher fosse uma realidade.

Portanto, senhor presidente, gostaria de deixar manifestado aqui a solicitação para que as nossas carteiras fossem devidamente corrigidas e que pudéssemos recebê-las como deputadas estaduais desta legislatura e quero reafirmar mais uma vez, senhor presidente Hermas Brandão, que não vai aqui nenhuma crítica a esta Casa, mas uma lembrança de que o caldo de cultura às vezes insiste e passa quase despercebido, mas é preciso que, se alguém não lembre, que nós insistamos nesta questão, porque ela é relevante e deve ser percebida, não apenas na carteira, mas no cotidiano desta Casa, no cotidiano deste Estado, no cotidiano deste País.

Era isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência informa a V. Exa. e às demais parlamentares que faremos a correção imediata. Confesso a V. Exa. que desconhecia este fato. O presidente não tem como acompanhar a confecção da carteira do parlamentar, para isso tem a assessoria, mas nós vamos fazer a correção.

Não há mais oradores inscritos no Pequeno, no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Chico Noroeste, constante do expediente, comunicando que fará parte da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo deputado Ratinho Júnior - Líder do PSB, Luciano Ducci e Reni Pereira, membros da Bancada do PSB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Duílio Genari, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos novos membros da Bancada do Partido que deverão compor as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pelos deputados Ademar Traiano, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, indicando o nome do deputado para assumir as funções inerentes à liderança da Bancada dos parlamentares da Oposição junto a esta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados da Bancada do PMDB, que irão compor as Comissões Permanentes nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campo, Tadeu Veneri, André Vargas, Hermes Fonseca, Natálio Stica e Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130, de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente, solicitando licença das Sessões Plenárias dos dias 23 e 24 do corrente mês, pois estará em Foz do Iguaçu, representando o Exmo. deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, no 27º Congresso Internacional de Saúde no Trabalho e na cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação do Mutirão Estadual de Combate à Dengue. **Aprovado.**

Requerimento nº 095, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 096, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 097, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 098 a 100, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 103 a 106, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 111, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 115, 116 e 124, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 120 e 121, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 123, de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 126, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 129, de autoria do senhor deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, informando aos senhores parlamentares que, na próxima segunda-feira, dia 24, o vice-presidente - Natálio Stica, estará instalando as Comissões desta Casa no período das 14:30 às 15:00. Portanto, segunda não teremos Plenária; será reservado, conforme me permite o Regimento Interno, para que o nosso vice-presidente, o deputado Stica instale as Comissões.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Encaminhei à Mesa o pedido da CPI do Banestado e não sei se não ouvi, não sei se V. Exa. recebeu. V. Exa. não se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se V. Exa. entregou à Mesa, foi recebido. Não precisa o presidente se manifestar sobre o assunto. Se V. Exa. encaminhou, foi recebido pela Mesa Executiva.

O SR. NEIVO BERARDIN

Era isso que eu gostaria de ouvir de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Marco, ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 25, para eleição do corregedor e a Comissão de Ética desta Casa.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos

seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário e Luiz Accorsi. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 130/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera o art. 1º da Lei nº 13.032. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 24/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 099/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 381/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 548/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 505/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 48/2001, que objetiva alterar a Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná), conforme especifica. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 592/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 50/2001. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 362/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 255/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Marcos Isfer, Geraldo Cartário, e Ângelo Vanhoni. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 24/2001. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO, com voto contrário ao parecer dos deputados Geraldo Cartário e Duílio Genari. 02) Projeto de Lei nº 533/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 629/2001, de autoria do Poder Judiciário. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 630/2001, de autoria do Poder Judiciário. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 683/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 59/2001. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 684/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 60/2001. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Luiz Accorsi, Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente

defer. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 90/2001, de autoria do Tribunal de Contas. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 96/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputado presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dois, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 11h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin e Ângelo Vanhoni. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 670/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab. Relator deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 664/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 62/2002, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 679/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 252/2001, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 686/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei Complementar nº 691/2001, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 510/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 491/2001, de autoria

do deputado Ricardo Maia. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 224/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 41/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 129/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 002/2002, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 354/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 522/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 524/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 562/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 618/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 21) Projeto de Lei nº 13/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 22) Projeto de Lei nº 15/2002, de autoria do deputado Tony Garcia. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 69/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 24) Projeto de Lei nº 77/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 25) Projeto de Lei nº 91/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 07/2002. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário e Luiz Accorsi. O senhor presi-

dente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 81/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM SUBSTITUTIVO GERAL. 02) Projeto de Lei nº 694/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELO AUTOR. 03) Projeto de Lei nº 30/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2002. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDAS, E VOTO CONTRÁRIO AO PARECER DO DEPUTADO DUÍLIO GENARI. 04) Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2001. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 328/2001, de autoria do deputado Chico Noroeste. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 149/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 47/2001. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com EMENDA. 03) Projeto de Lei nº 193/2002. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores

deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dois reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário, Ângelo Vanhoni e Luiz Accorsi. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 309/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins - Relator Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 86/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia. Relator deputado Geraldo Cartário - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 272/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 262/2002, de autoria do deputado Elio Rusch. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 28/2002, de autoria dos deputados Luciana Rafagnin e Irineu Colombo. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. 07) Projeto de Lei nº 107/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 223/2002, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 116/2002. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 196/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 222/2002, de autoria do Ministério Público. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO- COM EMENDA. 12) Projeto de Lei nº 461/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Relator Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 469/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Relator Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com voto contrário do deputado Duílio Genari. 14) Projeto de Lei nº 92/2002, de autoria do

Poder Executivo, Mensagem nº 06/2002. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de lei nº 220/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2002. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dois reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário, Ângelo Vanhoni e Luiz Accorsi. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 284/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 16/2002 - Relator Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 324/2002, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 17/2002. Relator deputado Duílio Genari - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM RESSALVAS dos deputados Marcos Isfer e Ademir Bier. 03) Projeto de Lei nº 206/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 207/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 208/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e dois reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 hs, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 260/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 15/2002 - Relator Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 340/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 19/2002. Relator deputado Ademir Bier - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dois reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Geraldo Cartário e Luiz Accorsi. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 82/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão - Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dois reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reu-

niões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Geraldo Cartário, Duílio Genari e Neivo Beraldin. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 202/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer. Relator Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 182/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Relator deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 551/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dois reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário e Luiz Accorsi. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 315/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão - Relator Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 407/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, através do ofício nº 912/2002. Relator deputado Ademir Bier - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dois reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Geraldo Cartário, Duílio Genari e Luiz Accorsi. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer PELO ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. 02) Projeto de Lei nº 399/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Geraldo Cartário - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 354/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e dois reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Duílio Genari, Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari, requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 529/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 29/2002 - Relator Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e dois reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 16h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Luiz Accorsi e Luiz Carlos Martins. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 527/2002, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 27/2002. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 528/2002, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 28/2002. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 30/2002. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e dois reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Ângelo Vanhoni e Geraldo Cartário. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 74/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 564/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

dos presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINAÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e dois reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14 horas, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin e Duílio Genari. O senhor presidente solicita ao secretário que procede a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 20/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 458/2001, de autoria do deputado Moisés Leônidas. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 255/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 529/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 610/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 554/1999, de autoria do deputado Kielse Crisóstomo. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO; 07) Projeto de Lei nº 431/2002, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 401/2001, de autoria do deputado Divanir Braz. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 388/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 292/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO; 11) Projeto de Lei nº 325/1999, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Relator deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO, com voto contrário ao Parecer dos deputados Marcos Isfer e Ademir Bier; 12) Projeto de Lei nº 595/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 544/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 713/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator deputado

Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 73/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUPRESSIVA; 16) Projeto de Lei nº 432/1999, de autoria dos deputados Péricles Mello, Hermes Fonseca e Nereu Moura. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 456/1999, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Ademir Bier. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. (Tem anexo o Projeto de Lei nº 548/99); 18) Projeto de Lei nº 216/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. (Tem anexo o projeto de Lei nº 509/2001); 19) Projeto de Lei nº 121/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia Palma. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 165/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 213/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA MODIFICATIVA; 23) Projeto de Lei nº 278/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 56/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 25) Projeto de Lei nº 62/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 26) Projeto de Lei nº 243/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 27) Projeto de Lei nº 463/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 28) Projeto de Lei nº 632/2001, de autoria do deputado Tony Garcia. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO (tem anexo o Projeto de Lei nº 643/2001). 29) Projeto de Lei nº 671/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO (tem anexo o Projeto de Lei nº 681/2001). 30) Projeto de Lei nº 227/2002, de autoria do deputado Edson Strapasson. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 31) Projeto de Lei nº 240/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 32) Projeto de Lei nº 207/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 33) Projeto de Lei nº 379/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 34) Projeto de Lei nº

392/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 35) Projeto de Lei nº 106/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 36) Projeto de Lei nº 114/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dois, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin e Duílio Genari. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 266/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 416/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 442/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 443/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 700/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 423/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 451/2002, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 488/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 575/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 271/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Relator deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 170/2001,

de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 19/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 275/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 235/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 275/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 430/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 627/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada. Relator deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Geraldo Cartário, Duílio Genari e Marcos Isfer. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 660/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 46/2002. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 49/2002. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Geraldo Cartário, Duílio Genari e Marcos Isfer. O senhor presidente solicita ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura da Ata. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projetos de Lei nºs 618 e 628/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão e Poder Executivo, respectivamente. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 42/2002, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 43/2002, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA DA RENAULT
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se a Comissão Especial Externa da Renault, nas dependências do Plenarinho, nesta Casa, onde foi oficialmente instalada, designado para a presidência o senhor deputado Algaci Tulio e para a relatoria o senhor deputado Edson Strapasson, com os deputados titulares Neivo Beraldin, Divanir Braz Palma e Fernando Ribas Carli. A reunião contou com a presença do deputado Ângelo Vanhoni, a convite do senhor presidente. A presente Comissão Especial foi criada para tratar de assuntos relacionados aos Cegonheiros junto à Renault do Brasil. A reunião teve como convidado o senhor Afonso Rodrigues de Carvalho, presidente do Sintravec - Sindicato dos Transportes Rodoviários de Veículos de Containers do Estado do Paraná, onde fez uso da palavra, esclarecendo a situação atual em que se encontram os cegonheiros, que prestam serviços para a Empresa Gabardo e a Catlog, que estão paralisados, não podendo trabalhar, e solicitam providências emergenciais, através desta Comissão Especial, quanto a apuração dos fatos e sustentando aqui que lhes é de direito. O senhor presidente e os demais integrantes da Comissão, ficaram sensibilizados com o relato do senhor

Afonso, e por decisão unânime, resolveram marcar uma visita à Renault, em São José dos Pinhais, em dia e hora a serem designados. O senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos da presente reunião, da qual, para contar, eu Marisa Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, onde acompanham as notas taquigráficas em anexo, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Marisa Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA DA RENAULT
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dozoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dois, reuniu-se a Comissão Especial da Renault, na sala de reuniões das Comissões, às 16h, sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio, mais a presença dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Neivo Beraldin e Edson Strapasson. Aberto os trabalhos o senhor presidente informa aos presentes que em decorrência do não comparecimento da senhora Maria Elisa Paciornik, representante das Empresas Renault e da senhora Valerie Sarrieu, diretora geral da Catlog, cancelaremos a reunião e na sequência marcaremos outra para provavelmente na próxima semana. O senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos da presente reunião, da qual, para contar, eu Marisa Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Marisa Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA DA RENAULT
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se a Comissão Especial Externa da Renault, nas dependências da Renault do Brasil, em São José dos Pinhais, com a presença dos senhores deputados Algaci Tulio, Edson Strapasson e Neivo Beraldin, e com a presença da senhora Maria Elisa Paciornik - diretora de Relações Governamentais; do senhor Celso Roberto Zem - gerente das Relações Corporativas e do senhor Didier Joly - diretor de Logística e ainda, a assessora do deputado Algaci Tulio e a secretária desta Comissão. A presente Comissão Especial foi criada para tratar de assuntos relacionados aos Cegonheiros junto à Renault do Brasil, que prestam serviços para a Empresa Gabardo e a Catlog. O senhor presidente passou a palavra à senhora Maria Elisa Paciornik, onde esclareceu aos presentes, que a Empresa Renault não tem vínculo com a Catlog, com relação aos contratos de transportadores de veículos.

Segundo informações recebidas, a Catlog fez um contrato com outras empresas e, que somente dezessete contratos foram realizados com a Empresa Gabardo, pois o restante, que seriam vinte e três, formando o total de quarenta, não puderam ser realizados, porque não estavam inscritos junto ao Sindicato. Ainda, a senhora Maria Elisa falou acerca da divulgação do problema dos cegonheiros, que de certa forma poderá trazer prejuízos à Renault, pois a Empresa Catlog é quem contrata os transportadores e não a Renault. Explicou que a fabricação dos veículos Renault não são em linha, e sim conforme o pedido da concessionária. Em seguida, o deputado Neivo Beraldin fez uso da palavra, solicitando à esta Comissão Especial, através de requerimento junto a Empresa Catlog, para apurar informações quanto ao contrato social, capital e registro na Junta Comercial do Paraná da referida empresa. O senhor presidente e os demais deputados solicitaram a convocação de uma reunião das Empresas Renault, representada pela pessoa da senhora Maria Elisa Paciornik e da Empresa Catlog, representada pela pessoa da senhora Valerie Sarreu, diretora geral, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a qual será realizada no dia 11 de junho, às 16h, nas dependências do Plenarinho. O senhor presidente esclareceu que esta Comissão está a disposição de todas as partes, no sentido da tentativa de uma intermediação, para amenizar a situação, encontrando a melhor solução para as partes envolvidas. O senhor presidente agradeceu a presença de todos, e a acolhida da Empresa Renault à esta Comissão Especial, encerrando os trabalhos da presente reunião, da qual, para contar, eu Marisa Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Marisa Couto de Cristo - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, às 13:30min, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Algaci Tulio, Antonio Belinati, Marcos Isfer e Edson Strapasson, presidente da Comissão, com o intuito de deliberar sobre matéria em tramite nesta Casa, submetida à apreciação desta Comissão em caráter extraordinário. O senhor presidente iniciou os trabalhos. 01) Projeto de Lei nº 294/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que objetiva denominar de Rodovia Gil Azevedo Leal, o trecho da Rodovia PR-082, que liga os municípios de Ivaté, Icaraima e Porto Camargo ao Estado do mato Grosso do Sul. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos

quais para constar efeitos lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de 2002, às 13h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Chico Noroeste e Edson Strapasson, presidente da Comissão, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta Comissão. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dando seqüência aos demais segundo a pauta. 1) Projeto de Lei nº 184/2001 anexados aos 267/2001; 456/2001; 466/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator: deputado Ângelo Vanhoni. Parecer: FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. 2) Projeto de Lei nº 567/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 31/2002. Relator: deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 553/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 31/2002. Relator: deputado Ângelo Vanhoni. Parecer: FAVORÁVEL. 4) Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/2002. Relator: deputado Edson Strapasson. Parecer: FAVORÁVEL. 5) Projeto de Lei nº 213/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator: deputado Duílio Genari. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de 2002, às 13h30min, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Chico Noroeste e Edson Strapasson, presidente da Comissão, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta Comissão. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dando seqüência aos demais segundo a pauta. 1) Projetos de Lei nºs 632/2001 e 634/2001 (anexo), de autoria do deputado Tony Garcia. Relator:

deputado Chico Noroeste. Parecer: CONTRÁRIO, com pedido de arquivamento por decurso de prazo; APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 431/2002, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator: deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer: CONTRÁRIO, com pedido de arquivamento por similitude de matéria já em tramitação. 3) Projeto de Lei nº 660/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 46/2002. Relator: deputado Edson Strapasson. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 562/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 5) projeto de Lei nº 463/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 333/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Relator: deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 7) projeto de Lei nº 103/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes da

Silva Litro. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 281/2002, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni. Relator: Sérgio Spada. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Ao término da reunião o senhor presidente mencionou a necessidade da Comissão, de promover reunião com representante do Tribunal de Contas, com o intuito de tratar de assuntos relativos às obras no Novo Museu do Paraná, proposta esta aprovada pela Comissão, ficando na pendência de ser marcada data mais adequada para a realização do encontro. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária